



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Estadual do Rio de Janeiro
Av. Marechal Floriano Peixoto, 2262
26.210 Nova Iguaçu - Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 31 de março de 1987

Exmo. Sr.

Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro

e Secretário de Promoção Social

Dr. Francisco Amaral

Nós, camponeses sem-terra ou recém-assentados do Estado do Rio de Janeiro, unificados em nossas lutas através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, viemos hoje aqui por vários motivos.

O primeiro é o de reconhecer o esforço despendido por V. Excia. no sentido de obter a sustação provisória dos despejos dos Mutirões de Pedra Lisa e de Vila de Cava. Esta medida fez com que o perigo iminente fosse afastado. No entanto, o perigo não acabou, e isto nos preocupa. Algumas dessas sustações tem prazo determinado, e faz-se necessário que elas se tornem definitivas. Estamos sendo constantemente ameaçados por jagunços de grileiros; no entanto a polícia, tão eficiente nos dias de despejo, não apareceu ainda para oferecer proteção às nossas vidas. A falta de segurança a que estamos expostos gera fatos como a morte do companheiro Ademir, de Pedra Lisa, assassinado há duas semanas com três tiros, e como a desova de cadáveres de desconhecidos dentro de nossos assentamentos, como a ocorrida ao lado da escola primária frequentada pelos filhos de camponeses em Campo Alegre.

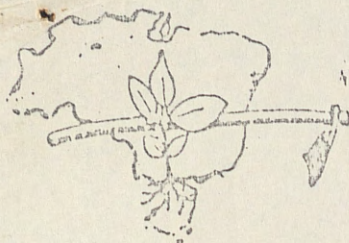
O segundo motivo, que nos causa grande preocupação, é a não inclusão da questão da terra no Plano dos 100 Dias do Governador Moreira Franco. Pode um Estado como o nosso, que tem o maior índice de êxodo rural do Brasil, tratar a questão da terra como uma coisa que pode ser deixada para depois? Temos problemas gravíssimos que, para serem resolvidos precisam de um compromisso do Governo todo, pois envolvem diversas Secretarias, como as de agricultura, saúde, educação, obras, etc.. De fato, nossos assentamentos não têm assistência técnica, e as questões de saúde, educação, habitação, infra-estrutura estão mal resolvidas. Uma só secretaria não pode dar conta de tudo isto. Mas como pode acontecer um trabalho intersecretarial se não há uma política agrária definida?

O terceiro motivo que nos traz aqui é que algumas questões de emergência ficaram pendentes, e queremos que sejam resolvidas. São elas:

- Que seja garantida a continuidade dos processos de desapropriação em andamento. Que sejam regularizadas as áreas de posse antiga, que os títulos já concedidos sejam assegurados, pois estão sendo contestados para fins de crédito rural (como no caso do PROCERA - Programa de Crédito para a Reforma Agrária). E, muito importante, que se busque uma aproximação com o INCRA para resolver esta questão de forma mais eficaz.

- Que sejam mantidos os contratos de fornecimento de insumos, válidos por 12 meses, assinados em dezembro de 1986.

- Que seja garantida a permanência de máquinas agrícolas nos assentamentos, e que nos devolvam as que foram recolhidas à SIAGRO.



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Estadual do Rio de Janeiro
Av. Marechal Floriano Peixoto, 2262
26.210 Nova Iguaçu - Rio de Janeiro

- Que continue o trabalho de liberação das 2^{as}. parcelas dos projetos do FINSO-CLAL. Que seja garantido o controle do Movimento Sem Terra sobre este trabalho, assim como na discussão sobre o uso do saldo existente, já que esta verba foi uma dura conquista de nosso Movimento, e o Estado é apenas repassador do dinheiro.

Esperamos continuar a ter contatos como este, pois acreditamos que só com a manutenção de um canal aberto entre o governo e os camponeses as dificuldades poderão ser superadas eficientemente.

Saudações camponesas.

Briz Fernando de Jesus (coord. Nacional do MST) Marapicã
Mamoldo Geraldo de Souza.

Somente de Montego Bay
(CPO. Alagoas)
Vicente de Souza) VIÇA DE CAVA

George Fernando da Silva (mutirão de Valença)

João Silva mutirão de Caralho

Mário Ribeiro da Silva. Mutirão: pedra Ligeira.

Yá da Silva

Joana Maria de Lima Covêa.

Antônio de Jesus - Mutirão Jardim Maracujá